



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO
(Pel Pol QGR/2ª RM/ 1949)
BATALHÃO GENERAL VENTURA**

Classificação: 002.01

**PROCESSO NUP
64149.005085/2026-68**

ASSUNTO: DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA Nº 03 FSB - MNT DE COMPRESSOR ODONTOLÓGICO

INTERESSADO: fiscal/salc

Órgão de Origem: 2º Batalhão de Polícia do Exército

Data da Criação: 02/06/2026

Localização Atual do Processo: SALC

Estado: Minuta

PEÇAS PROCESSUAIS

- 1- Termo de Abertura Nº 432-FSB/CCSv/2º BPE (a)
- 2- orç3.pdf
- 3- orç1.pdf
- 4- orç2.pdf
- 5- DFD_Manutencao_de_compressor_assinado 1.pdf
- 6- Despacho Nº 579-FSB/CCSv/2º BPE
- 7- Despacho Nº 584-FSB/CCSv/2º BPE
- 8- ETP160484_000049_2026.pdf
- 9- Relatório de Pesquisa de Preço.pdf
- 10- MR160484_000034_2026.pdf
- 11- TR160484_000035_2026.pdf
- 12- 2026NC416084.pdf

Legenda

- (a) Documento de Origem
- (b) Arquivos que não serão impressos por não se tratarem de arquivos de texto ou imagem
- (c) Documento desentranhado
- (d) Documento desmembrado



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO
(Pel Pol QGR/2ª RM/ 1949)
BATALHÃO GENERAL VENTURA

Termo de Abertura Nº 432-FSB/CCSv/2º BPE

Osasco, SP, 2 de junho de 2026.

Assunto: termo de abertura de processo eletrônico

Anexos:

[1\) orç1.pdf](#)

[2\) orç2.pdf](#)

[3\) orç3.pdf](#)

Em conformidade com a legislação pertinente, o presente processo eletrônico foi autuado conforme necessidade constatare do Documento de Formalização da Demanda (DFD).

MARIANA AVELINO DE ABREU - Asp
Oficial Dentista do 2º Batalhão de Polícia do Exército



Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Asp Mariana Avelino de Abreu**, em 02/06/2026, às 10:47 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: JxDm-xi91-xIBM-n05t

São Paulo, 06 de Fevereiro de 2026 .

Global Mix Distribuidora Hospitalar LTDA - EPP. inscrita no CNPJ Nº 11.466.379/0001-46, com sede à Rua Tenente Manuel Joaquim Lopes, 208 - São Domingos - São Paulo - Capital - SP - CEP: 05158-425 - Fone: (11) 4384-0031, Banco do Brasil: Agência: 386-7 Conta Corrente: 922.593-5 vem por intermédio de seu representante legal, abaixo identificado e assinado, apresentar sua estimativa para:

À

BATALHÃO DE POLICIA DO EXERCITO - (2 BATALHÃO DE POLICIA DO EXERCITO)

CNPJ: 09.621.819/0001-40

**RUA RAUL LESSA, S/N , BAIRRO: JARDIM PIRATININGA, MUNICIPIO: OSASCO,
CEP: 06236-100 , TELEFONE: (11) 3686-4635**

CONTATO: TEN CHARLES

E-MAIL: charles.ferraz@eb.mil.br

Objeto: Orçamento para o fornecimento de Peças p/ equip. de Odontologia e prestação de Serviços de Manutenção corretiva para aplicação destas peças !

OBS: Conforme OS Nº 5378!

ITEM	QTE	UN	DESCRIPTIVO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	1	UNID	KIT II SUCTOR BV	1.205,00	1.205,00
2	1	PÇ	VALVULA PILOTO SUGADOR	153,00	153,00
3	4	PÇ	TUBO CORRUGADO 1/2	58,00	232,00
4	4	PÇ	TUBO PENUMATICO PU 6MM OU 8 MM	25,00	100,00
5	1	SERV	MÃO DE OBRA P APLICACÃO DAS PEÇAS	600,00	600,00
6	1	UNID	REGISTRO DE GAVETA 25MM 3/4	93,00	93,00

TOT. GER: 2.383,00

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 2.383,00 (Dois Mil e Trezentos e Oitenta e Tres Reais)



CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA:

PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAIS: Até 15 (Quinze) dias da aprovação.

PRAZO DE PAGAMENTO: 30 (trinta) dias, da emissão da NF.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

FORMA DE PAGAMENTO : Depósito/Transf. Bancaria p conta do Banco Itaú.

Cordialmente,

GLOBAL MIX DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI
EPP


LEONARDO DIGNAZIO - SÓCIO ADMINISTRADOR
RG 34.201.967-3 SSP/SP - CPF 221.576.448-14

11.466.379/0001-46
GLOBAL MIX DISTRIBUIDORA
HOSPITALAR EIRELLI EPP
Av. Dionysia Alves Barreto, 211
Vila Osasco - CEP 06088-050
OSASCO - SP





PELISERV - PELISERV EQUIPAMENTOS E SERVICOS ODONTO-MEDICOS LTDA
RUA CAPITÃO ANTÔNIO BUENO RANGEL 266 - SAO PAULO
SP - CEP 05158-440 - Tel. (11)39011000
CNPJ: 09.172.931/0001-41 - Inscr.Estadual 149878784113

Orçamento: 5378
05/02/2026

Cliente: 5283 - 2 BATALHAO DE POLICIA DO EXERCITO - (2 BATALHAO DE POLICIA DO EXERCITO)

CNPJ: 09.621.819/0001-40
Endereço: RUA RAUL LESSA, S/N
Bairro: JARDIM PIRATININGA
E-mail: Contato: CHARLES
Contato E-mail: CHARLES.FERRAZ@EB.MIL.BR

Insc. Estadual: ISENTO
Município: OSASCO - SP
CEP: 06236-100
Telefone: (11) 3686-4635

Data Validade: 07/03/2026
Banco: 341 - BANCO ITAU
Condição de Pagamento: 30 DIAS TRANSFERENCIA

Nosso Vendedor: JONAS FERRAZ - COMERCIAL2@PELISERV.COM.BR
Transportadora: 1 - NOSSO CARRO - PELISERV
Tipo de Frete: SEM FRETE

#	Produto	Descrição	UN	Qtde	Preço Unitário	Preço Total	% IPI	Valor IPI	ST	% Desc	Preço Total Com IPI
1	2757	KIT II SUCTOR BV	UN	1	1.150,0000	1.150,00	0,00	0,00	0,00	0	1.150,00
2	K3072	VALVULA PILOTO SUGADOR	PC	1	145,0000	145,00	0,00	0,00	0,00	0	145,00
3	30361000510	TUBO CORRUGADO 1/2	PC	4	55,0000	220,00	0,00	0,00	0,00	0	220,00
4	FPUN08	TUBO PNEUMÁTICO PU 6MM OU 8MM	PC	4	22,0000	88,00	0,00	0,00	0,00	0	88,00
5	M16	MAO DE OBRA P APLICACAO DAS PECAS	UN	1	560,0000	560,00	0,00	0,00	0,00	0	560,00
6	RG-07	REGISTRO DE GAVETA 25MM 3/4	UN	1	88,0000	88,00	0,00	0,00	0,00	0	88,00
Total dos Produtos											2.251,00
Valor de Frete											0,00
Valor de ICMS ST											0,00
Total do Venda											2.251,00
Peso Líquido											0,0000
Peso Bruto											0,0000

Observações: SOLICITADO NO DIA 07/06/2024 TEC ARLEN
ORÇAMENTO 5143 ATUALIZOU O ORÇ 4827
ORÇAMENTO 5378 ATUALIZOU O ORÇ 5143



SP, 06 / FEVEREIRO / 2026.

PARA: **2º BATALHÃO DE POLICIA DO EXERCITO – OSASCO - SP**
A/C: TENENTE CHALES
E-MAIL: charles.ferraz@eb.mil.br

COTAÇÃO Nº 7580/26

ASSUNTO: ORÇAMENTO PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA.

APRESENTAMOS NOSSA COTAÇÃO DE PREÇO PARA:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIPTIVO	VALOR UNITARIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	1	UNID	KIT II SUCTOR BV	1.240,00	1.240,00
2	1	UNID	VALVULA PILOTO SUGADOR	158,00	158,00
3	4	PÇ	TUBO CORRUGADO 1/2	61,00	244,00
4	4	PÇ	TUBO PNEUMATICO PU 6 MM OU 8 MM	26,50	106,00
5	1	SERV	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA	650,00	650,00
6	1	UNID	REGISTRO DE GAVETA 25MM ¾	96,50	96,50
VALOR TOTAL DA COTAÇÃO - R\$ 2.494,50 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)					

NOSSAS CONDIÇÕES:

- PAGAMENTO: 30 DIAS
- PRAZO DE ENTREGA: ATÉ 15 DIAS DA APROVAÇÃO DA COTAÇÃO
- VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESENTA) DIAS.

CORDIALMENTE,


MEGA MED PRODUTOS E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA
DIOGO S. FELIPPE - RG 32.319.680-5
SÓCIO ADMINISTRADOR



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO
(Pel Pol QGR/ 2ªRM/ 1949)
BATALHÃO GENERAL VENTURA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD

INFORMAÇÕES DA UNIDADE	
Unidade Requisitante: 2º Batalhão de Polícia do Exército	
Seção Requisitante: Formação Sanitária do Batalhão	Data: 01/06/2026
Responsável pela Demanda: Avelino	Posto/Grad: Asp
E-Mail: fsb@2bpe.eb.mil.br	Telefone Fixo: (11) 95428-6054

INFORMAÇÕES DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO			
PCA			
Id pca PNCP:	00394452000103-0-000189/2026	Classe/Grupo:	859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE
Data de publicação PNCP:	12/05/2025	Identificador Contratação	160484-10/2026
Id do item no PCA:	572	Valor Estimado:	2.500,00
OBJETO			
MATERIAL DE CONSUMO ()		MATERIAL PERMANENTE ()	
SERVIÇO CONTINUADO ()		SERVIÇO NÃO CONTINUADO (X)	
SERVIÇO DE ENGENHARIA ()		OBRA ()	
Descrição sucinta da solicitação: Contratação de serviço especializado para manutenção corretiva de compressor odontológico pertencente ao consultório odontológico desta Organização Militar, atualmente apresentando falhas que comprometem seu funcionamento adequado.			

Necessidade da contratação: O compressor odontológico é equipamento indispensável para o funcionamento dos equipamentos clínicos utilizados nos atendimentos odontológicos. Sua indisponibilidade compromete a realização dos procedimentos assistenciais, impactando diretamente a prestação do serviço odontológico aos militares, dependentes e demais beneficiários. Dessa forma, a manutenção corretiva é necessária para restabelecer as condições de operação do equipamento e garantir a continuidade dos atendimentos.


Resultados pretendidos: Restabelecimento pleno das condições de funcionamento do compressor odontológico;
 Garantia da continuidade dos atendimentos odontológicos;
 Maior segurança e confiabilidade na operação dos equipamentos clínicos;
 Preservação do patrimônio público por meio da recuperação do equipamento existente;
 Manutenção da capacidade operacional do serviço odontológico da Organização Militar.

Estimativa das quantidades:

Item	CATSER	Descrição Detalhada	Qtde	Valor Unt.	Valor Total
1	2313	<p align="center">MANUTENÇÃO COMPRESSOR ODONTOLÓGICO</p> <p>COMPRESSOR ODONTOLÓGICO SCHULZ MSV 6/30, destinado ao fornecimento de ar comprimido para equipamentos odontológicos, modelo isento de óleo, composto por motor elétrico, unidade compressora, reservatório de ar, pressostato, válvula de segurança, manômetro e sistema de drenagem.</p> <p>Manutenção corretiva no compressor odontológico com substituição de peças.</p> <p>O compressor atual está com problema na valvula e mangueira, o material se encontra ressecado e rompendo durante o atendimento, impossibilitando o atendimento.</p> <p>Características do Compressor</p> <p>Modelo: MSV 6/30; Marca: Schulz; Sistema isento de óleo; Potência do motor: 1 HP (0,75 kW); Deslocamento teórico: 6 PCM / 170 L/min; Pressão máxima de operação: 120 psi (8,3 bar); Pressão mínima de operação: 80 psi (5,5 bar); Reservatório de ar: 30 litros; Unidade compressora com 2 pistões em V; Alimentação monofásica 110V ou 220V; Baixo nível de ruído;</p>	1	2.376,17	2.376,17

		Reservatório com tratamento anticorrosivo interno;			
--	--	--	--	--	--

	<p>Equipamento destinado ao uso odontológico; Certificação conforme normas aplicáveis.</p> <p>Dimensões aproximadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Largura: 50 cm; ● Altura: 63 cm; ● Comprimento: 46 cm. <p>Peso aproximado: 41 kg.</p> <p>Quantidade: 01 unidade.</p>			
Valor Total				2.376,17
<p>Providências a serem adotadas pela Administração previamente à contratação: As providências necessárias para a instrução do processo foram realizadas, incluindo o levantamento da necessidade e a pesquisa de preços. A Administração designará fiscal para acompanhar a execução do serviço e adotar as demais medidas administrativas necessárias à formalização e ao acompanhamento da contratação.</p>				

Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL ROSA DUARTE**
 Data: 02/06/2026 10:41:11-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RAFAEL ROSA DUARTE – 3º SGT



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO
(Pel Pol QGR/2ª RM/ 1949)
BATALHÃO GENERAL VENTURA

Despacho Nº 579-FSB/CCSv/2º BPE

Osasco, SP, 3 de junho de 2026.

Assunto: despacho do Fisc Adm

Concordo com a demanda apresentada pelo Requisitante da formação sanitária.

Encaminho o processo para ciência e aprovação do Ordenador de Despesas.

MARCO ANTONIO TEIXEIRA RASGA - Cap
Fiscal Administrativo/Requisições



Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Cap Marco Antonio Teixeira Rasga**, em 03/06/2026, às 15:24 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: 1jre-IW61-ddJu-GWlq



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO
(Pel Pol QGR/2ª RM/ 1949)
BATALHÃO GENERAL VENTURA

Despacho Nº 584-FSB/CCSv/2º BPE

Osasco, SP, 3 de junho de 2026.

Assunto: despacho do OD

Aprovo a o DFD apresentado pelo Requisitante da formação sanitária e determino ao Chefe da SALC que designe em Boletim Interno a Equipe de Planejamento da Contratação, conforme inciso VII, do Art. 3º, da IN SEGES/MGI No58/2022.

FLAVIO AZEREDO - Cel

Ordenador de Despesas do 2º Batalhão de Polícia do Exército



Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Cel Flavio Azeredo**, em 03/06/2026, às 17:55 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: vi1X-U0mo-SSzS-8YLr

2 BATALHAO DE POLICIA DO EXERCITO

Estudo Técnico Preliminar 49/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 64149.005085/2026-68

2. Descrição da necessidade

2.1. O Gabinete Odontológico desta Organização Militar desempenha papel fundamental na assistência à saúde bucal dos militares, contribuindo para a manutenção da higidez do efetivo e para a prontidão operacional da tropa. Entretanto, o equipamento odontológico principal apresenta falhas que impossibilitam sua correta utilização, comprometendo a realização dos atendimentos e impactando diretamente os serviços prestados aos usuários.

2.2. A indisponibilidade do equipamento tem ocasionado a interrupção dos atendimentos odontológicos, gerando prejuízos à continuidade da assistência prestada pela Seção de Saúde e dificultando o cumprimento das atividades programadas. Considerando que o equipamento é essencial para a execução dos procedimentos clínicos, torna-se necessária a adoção de medidas que permitam identificar a origem da falha e restabelecer suas condições normais de funcionamento.

2.3. Dessa forma, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para realização de visita técnica, diagnóstico e eventual manutenção corretiva do gabinete odontológico, visando restabelecer a capacidade operacional do equipamento, garantir a continuidade dos atendimentos e assegurar a adequada prestação do serviço de saúde no âmbito desta Organização Militar.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Formação Sanitária do Batalhão	MARIANA AVELINO DE ABREU

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação deverá contemplar a prestação de serviço especializado de manutenção em gabinete odontológico, compreendendo visita técnica para avaliação do equipamento, identificação das falhas existentes, emissão de diagnóstico técnico e execução dos reparos necessários para o restabelecimento de seu pleno funcionamento.

Requisitos Técnicos

- A empresa deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto contratado.
- Os profissionais responsáveis deverão possuir conhecimento técnico para manutenção de equipamentos odontológicos.
- Os serviços deverão observar as recomendações do fabricante e as normas técnicas aplicáveis.
- As peças eventualmente substituídas deverão ser novas e compatíveis com o equipamento.

Requisitos Operacionais

- Realização de visita técnica nas instalações desta OMPE para avaliação do equipamento.
- Apresentação de diagnóstico detalhado das falhas identificadas.
- Execução dos reparos necessários após autorização da Administração.
- Garantia dos serviços executados, conforme práticas usuais do mercado.
- Requisitos de Qualidade e Desempenho
- Restabelecimento integral das funcionalidades do gabinete odontológico.
- Utilização de materiais e componentes adequados ao equipamento.
- Execução dos serviços de forma a minimizar a indisponibilidade do consultório odontológico.
- Requisitos de Sustentabilidade
- Destinação ambientalmente adequada de peças e componentes eventualmente substituídos.

- Observância da legislação ambiental aplicável à atividade de manutenção.
- Utilização racional de materiais durante a execução dos serviços.

4.2. Os requisitos apresentados são necessários e suficientes para assegurar a contratação de solução capaz de restabelecer o funcionamento do gabinete odontológico, garantindo a continuidade dos atendimentos e o adequado apoio às atividades de saúde desta Organização Militar.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado identificou a existência de empresas especializadas na manutenção de equipamentos odontológicos aptas a realizar serviços de diagnóstico, reparo e substituição de componentes, quando necessário. Verificou-se que a solução mais adotada por órgãos públicos e entidades privadas consiste na contratação de empresa especializada para realização de visita técnica seguida da manutenção corretiva do equipamento, quando constatada a necessidade. Considerando a natureza específica do serviço, a necessidade de conhecimento técnico especializado e a ampla disponibilidade de prestadores no mercado, conclui-se que a contratação de empresa especializada para avaliação e manutenção do gabinete odontológico representa a solução técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva em gabinete odontológico pertencente ao patrimônio desta Organização Militar, contemplando inicialmente a realização de visita técnica para avaliação detalhada do equipamento e identificação das causas da falha que ocasionou sua indisponibilidade operacional.

6.2. Durante a visita técnica, a empresa contratada deverá realizar inspeção completa do equipamento, efetuando testes, verificações e demais procedimentos necessários para emissão de diagnóstico técnico preciso, contendo a descrição dos defeitos encontrados, as causas prováveis da pane e as medidas corretivas necessárias para o restabelecimento do pleno funcionamento do gabinete odontológico.

6.3. Após a identificação dos problemas, deverão ser executados os serviços de manutenção corretiva necessários, incluindo ajustes, reparos, regulagens e eventual substituição de componentes defeituosos, observando-se as especificações técnicas do fabricante e as normas aplicáveis aos equipamentos odontológicos. Caso haja necessidade de substituição de peças, estas deverão ser compatíveis com o equipamento e atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos pelo mercado.

6.4. A implementação da solução permitirá a recuperação da capacidade operacional do consultório odontológico da Organização Militar, possibilitando a retomada dos atendimentos atualmente suspensos em razão da falha apresentada pelo equipamento. Dessa forma, a contratação contribuirá para a continuidade da assistência odontológica prestada aos militares, para a preservação do patrimônio público e para o adequado funcionamento da estrutura de saúde da OM.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi estabelecida com base na necessidade identificada pela Formação Sanitária do 2º Batalhão de Polícia do Exército (2º BPE), decorrente da falha apresentada pelo compressor odontológico atualmente utilizado nos atendimentos da Seção de Saúde. Considerou-se a necessidade de realização de uma visita técnica especializada para diagnóstico do equipamento, bem como a execução dos serviços de manutenção corretiva necessários ao restabelecimento de seu pleno funcionamento. A contratação visa recuperar a capacidade operacional do equipamento e possibilitar a retomada dos atendimentos odontológicos atualmente interrompidos. O Relatório da Pesquisa de Preços encontra-se anexo a este ETP.

Item	Catser	Descrição Detalhada	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
		<p>MANUTENÇÃO COMPRESSOR ODONTOLÓGICO</p> <p>COMPRESSOR ODONTOLÓGICO SCHULZ MSV6/30, destinado ao fornecimento de ar comprimido para</p>			

1	2313	<p>equipamentos odontológicos, modelo isento de óleo, composto por motor elétrico, unidade compressora, reservatório de ar, pressostato, válvula de segurança, manômetro e sistema de drenagem.</p> <p>Manutenção corretiva no compressor odontológico com substituição de peças.</p> <p>O compressor atual está com problema na válvula e mangueira, o material se encontra ressecado e rompendo durante o atendimento, impossibilitando o atendimento, será necessário a substituição das seguintes peças.</p> <p>Reposição das seguintes peças:</p> <ul style="list-style-type: none"> - KIT II SUCTOR BV - VALVULA PILOTO SUGADOR - TUBO CORRUGADO 1/2 - TUBO PENUMATICO PU 6MM OU 8 MM - REGISTRO DE GAVETA 25MM 3/4 <p>OBS: Caso haja necessidade de reposição de mais peças para o perfeito funcionamento do aparelho, o fornecedor terá que fazê-lo sem custo adicional para a administração.</p>	1	R\$ 2.383,00	R\$ 2.383,00
---	------	--	---	--------------	--------------

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. A estimativa do valor desta contratação é de R\$ 2.383,00 (dois mil trezentos e oitenta e três reais), conforme consta no Relatório de Pesquisa de Preço anexo a este ETP .

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não se aplica o parcelamento da contratação, uma vez que o objeto consiste em um único serviço especializado de visita técnica e manutenção corretiva de equipamento odontológico específico. A divisão da solução poderia comprometer a eficiência da execução, dificultar a responsabilização técnica pelos serviços realizados e gerar riscos à adequada recuperação do equipamento, sendo mais vantajosa para a Administração a contratação de uma única empresa responsável pela execução integral do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes necessárias à execução da presente contratação, uma vez que a manutenção corretiva do gabinete odontológico constitui solução autônoma e suficiente para atender à necessidade administrativa identificada. A execução do objeto não depende da aquisição prévia de outros bens, da contratação de serviços complementares ou de adequações na infraestrutura existente da Organização Militar. Contudo, para assegurar o adequado acompanhamento da execução contratual e o cumprimento das obrigações assumidas pela futura contratada, será realizada a designação formal de fiscal de contrato, responsável pela fiscalização, acompanhamento e ateste dos serviços prestados.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação do serviço de manutenção corretiva do compressor odontológico da Formação Sanitária do 2º Batalhão de Polícia do Exército está devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. O planejamento da contratação foi realizado de forma antecipada, considerando a necessidade de restabelecer o funcionamento do equipamento, atualmente indisponível, e garantir a continuidade dos atendimentos odontológicos prestados no âmbito desta Organização Militar. Tal medida visa assegurar condições adequadas para a assistência à saúde dos militares, bem como preservar o patrimônio público por meio da manutenção de equipamento essencial às atividades da Formação Sanitária. Dessa forma, a contratação encontra-se alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento da Administração Pública, contribuindo para a continuidade dos serviços de saúde e para o adequado emprego dos recursos públicos disponíveis.

12. Resultados Pretendidos

12.1. A presente contratação tem como principal objetivo restabelecer as condições de funcionamento do gabinete odontológico desta Organização Militar, atualmente indisponível para utilização em decorrência de falha técnica apresentada pelo compressor. A solução proposta visa garantir a continuidade dos serviços de assistência odontológica prestados aos militares, reduzindo impactos na rotina de atendimento da Seção de Saúde.

12.2. Além da retomada dos atendimentos, a manutenção corretiva permitirá o aproveitamento de um equipamento já pertencente ao patrimônio da Administração, evitando a necessidade de substituição integral do bem e promovendo o uso racional dos recursos públicos. Trata-se de medida alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade que norteiam as contratações públicas.

12.3. A contratação também contribuirá para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde responsáveis pelos atendimentos odontológicos, proporcionando maior segurança operacional, confiabilidade do equipamento e melhores condições para a execução dos procedimentos clínicos realizados no âmbito da Organização Militar.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Antes da formalização da contratação, deverão ser adotadas as medidas administrativas necessárias para a adequada instrução processual, observando-se os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis às contratações públicas. Nesse contexto, deverão ser concluídos os documentos de planejamento da contratação, incluindo o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a pesquisa de preços e demais peças processuais necessárias à caracterização da demanda e à definição da solução mais vantajosa para a Administração. Também deverá ser verificada a disponibilidade de recursos orçamentários para suportar a despesa decorrente da futura contratação.

13.2. Adicionalmente, deverá ser realizada vistoria preliminar do equipamento odontológico, com levantamento das informações técnicas disponíveis, incluindo modelo, características operacionais, histórico de manutenção e descrição das falhas apresentadas, de modo a subsidiar a elaboração adequada do Termo de Referência e permitir que as empresas interessadas tenham condições de compreender a necessidade da Administração. Essas informações contribuirão para maior precisão na formulação das propostas e para a adequada execução dos serviços contratados.

13.3. Por fim, deverá ser realizada a designação formal do fiscal de contrato, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada e a efetiva solução dos problemas identificados no compressor odontológico. Além disso, serão adotadas as medidas administrativas necessárias para facilitar o acesso da empresa às instalações da Organização Militar, garantindo condições adequadas para a realização da visita técnica, do diagnóstico e dos serviços de manutenção, de forma a possibilitar o restabelecimento dos atendimentos odontológicos no menor prazo possível.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Embora a presente contratação tenha como objeto a prestação de serviço de manutenção corretiva em compressor odontológico já pertencente ao patrimônio desta Organização Militar, sem envolver a aquisição de novos equipamentos ou intervenções estruturais de grande porte, é necessário avaliar os possíveis impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços. A manutenção de equipamentos eletromecânicos pode gerar resíduos provenientes da substituição de componentes desgastados, bem como demandar o manuseio de materiais que requerem destinação ambientalmente adequada. Nesse sentido, a Administração deverá observar medidas que contribuam para minimizar eventuais impactos ao meio ambiente, em consonância com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental previstos na legislação vigente.

Possíveis Impactos Ambientais:

- Geração de resíduos sólidos decorrentes da substituição de peças, componentes mecânicos, elétricos ou eletrônicos considerados inservíveis;

- Produção de sucatas metálicas e componentes passíveis de descarte durante os serviços de manutenção;
- Possível descarte inadequado de materiais contaminados por graxa, óleo lubrificante ou outros resíduos provenientes do equipamento;
- Geração de embalagens e materiais utilizados no transporte, acondicionamento e substituição de componentes;
- Consumo de energia elétrica e utilização de recursos durante a execução dos serviços técnicos;
- Possibilidade de impactos ambientais decorrentes da destinação inadequada de peças substituídas ou materiais retirados do equipamento.

Medidas Mitigadoras:

- Exigir da contratada a observância das normas ambientais aplicáveis à execução dos serviços de manutenção;
- Promover a segregação adequada dos resíduos gerados durante os trabalhos, observando sua classificação e destinação correta;
- Priorizar, sempre que tecnicamente viável, o reaproveitamento, reciclagem ou recuperação de materiais substituídos;
- Realizar a destinação ambientalmente adequada de peças, componentes e sucatas geradas durante a manutenção;
- Garantir que resíduos potencialmente contaminantes sejam encaminhados para descarte por empresas ou locais devidamente autorizados pelos órgãos competentes;
- Incentivar a utilização racional de materiais e insumos necessários à execução do serviço;
- Adotar boas práticas de manutenção que contribuam para o prolongamento da vida útil do equipamento, reduzindo a necessidade de futuras substituições e, conseqüentemente, a geração de resíduos.

14.2. A adoção das medidas mitigadoras descritas contribuirá para reduzir os impactos ambientais associados à execução do objeto, promovendo a adequada gestão dos resíduos eventualmente gerados e incentivando práticas sustentáveis durante a prestação dos serviços. Além disso, a própria manutenção do compressor odontológico representa uma ação alinhada aos princípios da sustentabilidade, uma vez que possibilita a recuperação e prolongamento da vida útil de um equipamento já pertencente ao patrimônio público, evitando sua substituição prematura e reduzindo o consumo de recursos naturais necessários à fabricação de novos bens. Dessa forma, a contratação atende não apenas às necessidades operacionais da Organização Militar, mas também aos princípios de responsabilidade ambiental e desenvolvimento sustentável que orientam a Administração Pública.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. A contratação mostra-se técnica e administrativamente viável, uma vez que a manutenção do gabinete odontológico é indispensável para restabelecer os atendimentos atualmente interrompidos em razão da falha apresentada pelo equipamento. A solução proposta possui ampla disponibilidade no mercado, apresenta baixo grau de complexidade contratual e permitirá a recuperação de um bem já pertencente ao patrimônio da Administração, promovendo economicidade, continuidade da assistência odontológica e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAFAEL ROSA DUARTE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 11:07:25.

RODRIGO CANTELLE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 11:07:00.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO
(Pel Pol QGR/ 2ªRM/ 1949)
BATALHÃO GENERAL
VENTURA

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

Osasco, SP, 15 de junho de 2026

Referência: IN nº 65, de 07 Jul 21, Ministério da Economia

Anexo (s): levantamento (s) de orçamento (s)

O presente relatório é resultado das pesquisas de preços abaixo discriminadas em cumprimento ao determinado na Lei nº 14133-21, a Instrução Normativa nº 65/2021 - SEGES/ME e demais dispositivos legais.

1. OBJETO (S): Serviço de manutenção de compressor odontológico

2. PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 15 de Junho de 2026

3. METODOLOGIA APLICADA: os valores de referência foram aferidos em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021 - SEGES/ME, conforme detalhamento de cada item a seguir:

Após a análise detalhada dos preços obtidos, eliminadas as discrepâncias, chegou-se ao:

2313 - Serviço de manutenção de compressor odontológico - MEDIANA			
Nr	UG OU EMPRESA	PREGÃO OU CNPJ	VI Uni (R\$)
1	PELISERV – PELISERV EQUIPAMENTOS ODONTO-MEDICOS LTDA	09.172.931/0001-41 0001-41	R\$ 2251,00
2	Global Mix Distribuidora Hospitalar LTDA	11.466.379/0001-46	R\$ 2383,00
<u>3</u>	MEGA MED PROODUTOS E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA	05.203.057/0001-01	R\$ 2494,50

4. FONTES DA PESQUISA:

As metodologias mencionadas sempre seguiram a ordem prioritária estabelecida pela Instrução Normativa nº 65/2021 - SEGES/ME, dando ênfase, em primeiro lugar, ao Sistema Federal de Cotação de Preço (Painel de Preço), em seguida às cotações realizadas no levantamento de contratações similares feitas pela Administração Pública por meio do sistema corporativo do Exército (SAG) e, por fim, através de mídias especializadas da internet, de forma combinada ou não.

(Cont. do rel de pesquisa de preço, ref ao serviço da formação sanitária FL 1/2)

Devido à natureza específica do serviço, foram solicitados orçamentos a empresas especializadas. A manutenção do compressor da formação sanitária do 2º BPE justifica-se pela necessidade imediata de reiniciar os atendimentos odontológicos no batalhão, atualmente suspensos devido à falha do equipamento.

5. ANÁLISE DA PESQUISA:

Após a análise detalhada dos preços obtidos, eliminadas as discrepâncias, chegou-se ao:

Preço de referência	R\$ 2.383,00
----------------------------	---------------------

Agente responsável pela cotação:

RAFAEL ROSA DUARTE – 3º Sgt
Auxiliar do centro de planejamento e demanda do 2ª BPE

2 BATALHAO DE POLICIA DO EXERCITO

Matriz de Gerenciamento de Riscos 34/2026

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
34/2026	RODRIGO CANTELLE	12/06/2026 10:42
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Assinado (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
Contratação de serviço para a FSB		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Planejamento da Contratação	Erro na elaboração do termo de referência que acarrete prejuízo na prestação do serviço /entrega de material.	Planejamento	Administração	Baixo	

Impactos

1 Prejuízo na prestação do serviço/material.

Ações Preventivas

P-01 Aumentar a avaliação crítica e consultar outros termos de referência dentro da própria instituição ou em outros órgãos. Sempre seguir o modelo do Termo de referência da AGU. **Responsável:** RODRIGO CANTELLE

Ações de Contingência

C-01 Atualizar o Termo de Referência visando uma contratação mais adequada. **Responsável:** RODRIGO CANTELLE

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Seleção do Fornecedor	Empresa não possui capacidade técnica e operacional adequada na prestação do serviço /entrega de material.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos

1 Não cumprimento do cronograma, atraso na licitação.

Ações Preventivas

P-01 Aumentar o rigor na avaliação técnica e regularidades fiscais e saúde financeira dos fornecedores. **Responsável:** FELIPY MEIRELES ALVES

Ações de Contingência

C-01 Convocação do próximo licitante por ordem de classificação. **Responsável:** FELIPY MEIRELES ALVES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Gestão do Contrato	Atrasos na execução do serviço/entrega de material. Não cumprimento das condições definidas no termo de referência.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	

Impactos

1 Atrasos na execução do serviço/entrega de material.

Ações Preventivas

P-01 Acompanhamento da execução dos trabalhos pelo gerente e fiscal designados no Boletim Interno. **Responsável:** MARCO ANTONIO TEIXEIRA RASGA

Ações de Contingência

C-01 O fiscal administrativo caso seja necessário abrirá Processo Administrativo para apurar os atrasos da entrega de material/serviço. **Responsável:** MARCO ANTONIO TEIXEIRA RASGA

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

RODRIGO CANTELLE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 10:44:28.

2 BATALHAO DE POLICIA DO EXERCITO

Termo de Referência 35/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
35/2026	160484-2 BATALHAO DE POLICIA DO EXERCITO	RODRIGO CANTELLE	16/06/2026 17:12 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		64149.005085/2026-68

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de serviço com fornecimento de peças para a FSB do 2º Batalhão de Polícia do Exército, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Catser	Descrição Detalhada	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	2313	<p>MANUTENÇÃO COMPRESSOR ODONTOLÓGICO</p> <p>COMPRESSOR ODONTOLÓGICO SCHULZ MSV6/30, destinado ao fornecimento de ar comprimido para equipamentos odontológicos, modelo isento de óleo, composto por motor elétrico, unidade compressora, reservatório de ar, pressostato, válvula de segurança, manômetro e sistema de drenagem.</p> <p>Manutenção corretiva no compressor odontológico com substituição de peças.</p> <p>O compressor atual está com problema na valvula e mangueira, o material se encontra ressecado e rompendo durante o atendimento, impossibilitando o atendimento, será necessário a substituição das seguintes peças.</p> <p>Reposição das seguintes peças:</p>	Sv	1	R\$ 2.383,00	R\$ 2.383,00

<p>- KIT II SUCTOR BV - VALVULA PILOTO SUGADOR - TUBO CORRUGADO 1/2 - TUBO PENUMATICO PU 6MM OU 8 MM - REGISTRO DE GAVETA 25MM 3 /4</p>				
---	--	--	--	--

OBS: Caso haja necessidade de reposição de mais peças para o perfeito funcionamento do aparelho, o fornecedor terá que fazê-lo sem custo adicional para a administração.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é o suficiente para a entrega do objeto e adoção das providências previstas no contrato, sendo a contratação limitada pelos respectivos créditos orçamentários, contados da assinatura do empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O fornecimento do serviço é enquadrado como não-contínuo, tendo em vista que se trata de trabalho específico sem que haja uma demanda de caráter permanente. Uma vez finalizada a entrega, resolve-se a necessidade que deu azo ao contrato, considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (8ª Edição):

4.1.1. A aquisição de serviço de manutenção de aparelho odontológico, embora de baixa complexidade ambiental, não está isenta de gerar impactos. A avaliação a seguir foca nos aspectos pertinentes à natureza da contratação, considerando principalmente a fabricação e a eficiência energética dos materiais, logística reversa para descarte de equipamentos substituídos.

4.1.2. Os possíveis impactos ambientais e as medidas mitigadoras encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

Especificações Técnicas

4.2. A contratação deverá contemplar a prestação de serviço especializado de manutenção em gabinete odontológico, compreendendo visita técnica para avaliação do equipamento, identificação das falhas existentes, emissão de diagnóstico técnico e execução dos reparos necessários para o restabelecimento de seu pleno funcionamento.

Requisitos Técnicos

- A empresa deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto contratado.
- Os profissionais responsáveis deverão possuir conhecimento técnico para manutenção de equipamentos odontológicos.
- Os serviços deverão observar as recomendações do fabricante e as normas técnicas aplicáveis.
- As peças eventualmente substituídas deverão ser novas e compatíveis com o equipamento.

Requisitos Operacionais

- Realização de visita técnica nas instalações desta OMPE para avaliação do equipamento.
- Apresentação de diagnóstico detalhado das falhas identificadas.
- Execução dos reparos necessários após autorização da Administração.
- Garantia dos serviços executados, conforme TR.
- Requisitos de Qualidade e Desempenho.
- Restabelecimento integral das funcionalidades do gabinete odontológico.
- Utilização de materiais e componentes adequados ao equipamento.
- Execução dos serviços de forma a minimizar a indisponibilidade do consultório odontológico.
- Requisitos de Sustentabilidade.
- Destinação ambientalmente adequada de peças e componentes eventualmente substituídos.
- Observância da legislação ambiental aplicável à atividade de manutenção.
- Utilização racional de materiais durante a execução dos serviços.

Indicação de marcas ou modelos

4.3. Não será exigida.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.4. Não se aplica, porém será exigido as especificações conforme o Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.

Da exigência de amostra

4.5. Não será exigida.

Da exigência de carta de solidariedade

4.6. Não será exigida.

Subcontratação

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.9. A avaliação prévia do local da execução dos serviços é **imprescindível**, a fim de ter conhecimento sobre as peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, em dias com expediente.

4.10. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.11. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de execução do serviço é de 30 (dez) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.

5.2. Caso não seja possível a execução do serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. O serviço a ser executado será no seguinte endereço: 2º Batalhão de Polícia do Exército - Rua Raul Lessa, 52 - Aliança, Osasco - SP, 06236-100

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual do serviços/materiais, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias*

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

7.2.4.3. *. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta gidas.

Reajuste

8.30. Não se aplica.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de serviços comuns e compras.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira (o que couber)

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *capital mínimo* de 10% do *valor total estimado da contratação*.

9.27. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.*

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica (o que couber)

9.32. *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade.*

9.32.1. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

9.33. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

9.33.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

9.33.1.1. O Atestado de capacidade técnica deverá ser no mínimo de 20% do quantitativo total do item do objeto a ser contratado (Acórdão nº 1.052/2012-Plenário, TC 004.871/2012-0, rel. Min Marcos Bemquerer Costa, 2.5.2012.

9.33.2. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.*

9.33.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 2.383,00 (dois mil trezentos e oitenta e três reais), conforme custos unitários apostos no item 1.1.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 160484;

II) Fonte de recursos: 1050000142;

III) Programa de trabalho: 215842;

IV) Elemento de despesa: 33.90.39; e

V) Plano interno: D8SACNTECON.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Osasco - SP, 15 de junho de 2026.

RODRIGO CANTELLE

Encarregado do Centro de Planejamento e Demanda

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.
- 2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;
- 4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 5.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.
- 5.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Osasco-SP, Seção Judiciária de 1ª Vara Federal de Osasco para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a *Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FLAVIO AZEREDO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 17:12:34.

2026NC416084

167505 — DEPARTAMENTO GERAL DE PESSOAL - GESTOR | Emissão: 27/05/2026

📌 IDENTIFICAÇÃO		\$ VALORES / DETALHES	
NÚMERO NC	167505000012026NC416084	VALOR TOTAL	2.376,17
UG EMITENTE	167505	DESCENTRALIZAÇÃO	PROVISAO
OPERAÇÃO	DESCENTRALIZACAO	TAXA CÂMBIO	-
DATA EMISSÃO	27/05/2026	CÓD. TRANSFERÊNCIA-	
SISTEMA ORIGEM	SIAFI-STN	QTDE. UGS FAV.	1

DESCRIÇÃO
 ATD O DIEX N 9703INSPSAUDE2RM, 21 DE MAIO DE 2026. RECURSO DESTINADO A MNT DE EQUIPAMENTOS ODONTOLOGIA. EMPENHO IMEDIATO.

☰ DETALHAMENTO POR UG FAVORECIDA

➤ 167484 — 2 BATALHAO DE POLICIA DO EXERCITO R\$ 2.376,17

Sequencial 1 **R\$ 2.376,17**

ORIGEM DO CRÉDITO

UG FAV	ITEM	NUM	ESF	PTRES	FONTE	ND	UGR	PI	VALOR
167484	1	1	2	215842	1050000142	339000	167505	-	R\$ 2.376,17

DESTINO DO CRÉDITO

UG FAV	ITEM	NUM	ESF	PTRES	FONTE	ND	UGR	PI	VALOR
167484	1	1	2	215842	1050000142	339039	167505	D8SACNTECON	R\$ 2.376,17